

Tancredo vai herdar inflação de 240 por cento

Segundo assessores de Delfim, este será o maior desafio que o próximo presidente enfrentará

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

A Herança de Tancredo



Duzentos e quarenta por cento. Este é o percentual da inflação que o novo Governo deve herdar da atual administração. A estimativa, recente, é produto de análises de técnicos governamentais, que prevêem, taxas de no mínimo 12,3 por cento, neste mês; 13,3 por cento em fevereiro, e de 11,9 por cento em março.

O chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, rejeita, sem demonstrar muita convicção, esta hipótese. Para ele, nos próximos três meses, a taxa mensal de inflação vai ficar ao redor de 10 por cento. "Não há razões para a existência de pressões alistas de preços nesse período" — comenta inicialmente, para depois admitir a existência de diversas expectativas dos agentes econômicos, fator que estaria alimentando o crescimento dos preços. Essas expectativas, segundo o seu reciocínio, derivam da incerteza dos agentes econômicos em função da mudança de Governo. Diante da possibilidade de a economia, a partir de 15 de março, trilhar novos rumos, os empresários estariam procurando remarcar os seus preços, buscando assim neutralizar os seus temores. "Esta ação vem sendo combatida bravamente pela Seap" — observou Ikeda.

O assessor do ministro Delfim Netto reconhece que a inflação é um dos principais problemas para o próximo Governo. Após mais de cinco anos e meio de contato diário com este mal da economia brasileira, Ikeda observa que "a inflação tem força para minar, aos poucos, a autoridade política de um Governo."

Ao nível econômico, prossegue, uma inflação alta distorce os preços relativos, os orçamentos; redistribui a renda favorecendo as pessoas de maior poder aquisitivo, e desestimula a realização de novos investimentos, pelo fato de que os empresários ficam com medo do risco do retorno deles.

"Além disso" — observa Ikeda —, o Governo, por causa dela, pode em muitas oportunidades, ser le-

vado a tomar medidas drásticas no campo da economia, às vezes de forma irracional". Para o assessor do ministro Delfim Netto, o controle de preços, no médio e longo prazos, é um exemplo de medida irracional.

Quando o ministro Delfim Netto assumiu, em agosto de 1979, o comando da política econômica a inflação era de 52 por cento; deverá entregá-la ao nível de 240 por cento. Em sua administração, a inflação não parou de crescer. O ministro-chefe da Seplan apontou ao longo de sua gestão muitos culpados pelo complexo crescimento dos preços: a política salarial, déficit público etc. A política salarial foi mudada sete vezes, e a inflação não caiu; pelo contrário. O chefe de sua assessoria econômica teve dificuldade em apontar as causas primárias da inflação brasileira. "Devem ser o déficit público e as expectativas adversas que forçam a subida dos preços", comentou, acrescentando que a generalizada indexação da economia é apenas um agente de realimentação do processo de crescimento dos preços.

A tese de que o déficit público é a principal raiz da inflação como se vem — há bastante tempo — anunciando pode não ser tão verdadeira assim.

Em 84, o setor público não apresentou déficit, ou seja, as contas do Governo Interno Bruto — de 0,5 por cento. Isso, entretanto, não impediu que a inflação continuasse a sua subida, chegando ao recorde histórico de 223,7 por cento.

Ikeda observa, entretanto, que não se pode esquecer que há um estoque de déficits do setor público, de anos anteriores a 84, que continuam pressionando a economia. Este déficit corresponderia a 17,9 por cento do PIB.